

Movimentos sociais e experiências emancipatórias

Social movements and emancipatory experience

Mônica Rodrigues Costa*

Resumo: Este trabalho problematiza o debate sobre a emancipação como inspiradora da luta social, num cenário de profundas transformações societárias e paradigmáticas. Para tanto, empreende-se a análise de conteúdo de documentos e entrevistas, adotando procedimentos semânticos com foco nos sentidos denotativos e conotativos dos textos de quinze movimentos sociais do Nordeste brasileiro, no período de 1990 a 2002. As críticas pós-estruturalistas foram assumidas para pensar a transformação social contemporânea e os sentidos libertários das experiências político-sociais dos movimentos sociais. Há experiências emancipatórias que orientam a constituição de identidades coletivas articuladas à formação de significados, possibilitando alternativas políticas para enfrentar/superar as precárias condições do presente.

Palavras chaves: Emancipação. Movimentos sociais. Identidades coletivas

Abstract: This paper calls into question the debate on emancipation as an inspiration of social struggles in a scenario of profound social and paradigmatic transformations. To this end an analysis of documents and interviews is made, with the adoption of semantic procedures focusing on the denotative and connotative meanings of the texts of fifteen social movements of the Brazilian northeast in the time period going from 1990 to 2002. The post-structuralist critiques were used to think contemporary social transformation and the libertarian meanings of the social-political experience, of the social movements. There are emancipatory experiences that guide the constitution of collective identities that articulate with the making of meanings, making possible political alternatives to face, to overcome the present unstable conditions.

Keywords: Emancipation. Social movements. Collectives identities

Recebido em: 25/06/2015 Aceito em: 09/03/2016.

* Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, Mestre em Ciência Política e Doutora em Serviço Social pela UFPE. E-mail: morodrigues.costa@gmail.com

Introdução

Este artigo resulta de pesquisa sobre movimentos sociais, desenvolvida para a tese de doutoramento da autora (COSTA, 2006), que tratou da emancipação como inspiração da luta social, em meio às críticas elaboradas à tradição marxista e ao projeto universal de socialismo, que entendemos como momento de transição paradigmático e societário. O percurso para refletir sobre esta problemática tratou do significado que a ideia de transformação social teve sobre a ação política dos movimentos sociais populares brasileiros e dos reflexos das transformações societárias a partir dos anos 1990, que modificam profundamente o cenário da política e do político – a reformulação do Estado brasileiro, os processos democráticos em curso e a pluralidade de antagonismos decorrentes das lutas dos movimentos sociais e de seus projetos políticos, no período entre 1990 a 2002.

Neste trabalho, apresento os sentidos de emancipação presente nas experiências político-sociais dos movimentos sociais nordestinos a partir de três eixos: 1) os processos que formulam as identidades coletivas dos movimentos sociais; 2) as contribuições dos movimentos sociais para a construção de modos de vida alternativos ao neoliberalismo, que denominei alternativas políticas emancipatórias; 3) as configurações dos conflitos e antagonismos particularistas dos quais emanam as alternativas políticas, no período estudado.

É inegável que as tensões presentes no contexto econômico e político, desde fins dos anos 1980 e de modo mais evidente nos anos 1990, estão relacionadas às significativas mudanças que se processam no mundo e abalam a esquerda política e a política de esquerda (LACLAU; MOUFFE, 2004). A dissipação do “socialismo real”, a expansão do projeto neoliberal como solução para a crise capitalista e os processos de democratização em alguns países, como o caso do Brasil, todos esses elementos modificam profundamente o cenário mundial e nacional. Para os países latino-americanos, como o Brasil, segundo Dagnino (2004, p.139) há uma *confluência perversa* entre um projeto neoliberal e um projeto democratizante, que opera a disputa política, que “insiste em se repor continuamente

no interior desse processo” e, que se articula com a reestruturação do Estado e da economia.

Além disso, a crise do projeto socialista, como utopia que nutre a política de esquerda, com base no paradigma revolucionário de transformação social, amplia e aprofunda as críticas à modernidade, à construção democrática e à tradição marxista. O debate põe em questão as pretensões da modernidade como projeto universalista e os fundamentos que lhe dão sustentação.

No entanto, mesmo com certo arrefecimento político-ideológico no início dos anos 1990, as lutas sociais continuam se proliferando por toda a parte e uma série de conflitos étnico-raciais eclode, assim como conflitos culturais, ambientais, religiosos, que revelam múltiplas identidades coletivas envolvidas em antagonismos particularistas que não encontram guarida nas explicações da tradição marxista.

Frente a crise dos referenciais políticos de esquerda e de sua articulação intelectual com a tradição marxista como teoria crítica que deu suporte ao conjunto do projeto político de esquerda, como entender a ação política dos movimentos sociais do campo progressista? Com a democratização do Estado brasileiro e os processos de participação político-institucional, alguns estudos sobre movimentos sociais enfatizaram sua institucionalização como eliminação do fator mobilização social; problematizaram, portanto, de modo insuficiente, suas identidades coletivas e ação político-social.

Este trabalho afilia-se às perspectivas que enfatizam a ação político-social dos movimentos sociais contemporâneos em seu potencial emancipatório, através dos seus projetos políticos, tomando como campo empírico as lutas de diferentes movimentos sociais no Nordeste brasileiro¹, a partir de um recorte histórico que prioriza o período de 1990 até 2002. Para dar conta de

¹ Movimento da Quixabeira (BA); Sociedade Negra Quilombola (MA); Fórum de Mulheres (RN); Federação das Associações Comunitárias – FAMCC e Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu (PI); Movimento Hip Hop Organizado do Ceará – MH2O e Movimento de Pescadores do Ceará – MOPECE (CE); Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM e Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (PB); Movimento das Rádios Comunitárias e Movimento das Escolas Comunitárias (PE); Central Estadual de Assentados e Pequenos Agricultores de Alagoas – CEAPA e Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR (AL); e, por fim, Movimento Popular de Ecologia – MOPEC e Movimento de Homossexuais Dialogay (SE).

tal empreitada, realizou-se a abordagem acerca das tendências explicativas da dinâmica dos processos de transformação social na modernidade, via expressões da emancipação nos projetos liberal, social-democrata e socialista da modernidade, e através da crítica pós-estruturalista a esses processos. As críticas pós-estruturalistas foram assumidas como referentes para pensar a transformação social contemporânea.

De acordo com essa perspectiva, na modernidade a razão fornece um ambiente estável e seguro para o desenvolvimento do eu, do conhecimento e da natureza (ambiente), através dos fundamentos objetivos e universais que se conectam com a produção científica por meio de métodos e conteúdos verdadeiros e competentes². A imagem de sociedade de futuro está em geral associada à de progresso e é disputada por três projetos: o liberal (capitalista), o social-democrata e o comunista (socialista). Inspirados no Iluminismo, valorizam a razão, a educação e a ciência como verdades para a condição humana³. Fortalecem a noção de progresso e de desenvolvimento como superação e fornecimento de novidades incessantes.

Esses padrões que estruturam a modernidade como um conjunto de crenças, valores e práticas ancoram-se na dinâmica social sob processos de transformação. Politicamente esses processos de transformação social, na relação com o capitalismo, manifestam-se sob quatro tendências, explicativas das dinâmicas sociais em curso: 1) triunfo do capitalismo e do liberalismo como a maior realização possível da modernidade; 2) a modernidade como projeto inacabado, que pode pôr em prática um futuro não capitalista; 3) o naufrágio da modernidade frente ao capitalismo, sendo a produção social daqui para frente pós-moderna; 4) o colapso da modernidade como projeto epistemológico e cultural aberto a inúmeras possibilidades (SANTOS, 2002).

Tais tendências colaboram para evidenciar os elementos que compõem a relação entre os projetos políticos na modernidade e a concepção

de emancipação neles presente, trazendo à tona seus problemas e desafios. O projeto liberal expandiu suas fronteiras nas últimas décadas a partir da desestruturação do “socialismo real”, tendo, em suas bases, o pensamento positivo clássico, que é requalificado e complementado como discurso político para dar conta das exigências colocadas pelas transformações na sociedade contemporânea.

É possível identificar no curso do projeto neoliberal, o discurso de oportunidades iguais para todos como um discurso adaptado, que pode ser articulado à ideia de sociedade como um todo orgânico, no qual todos são iguais ou devem ser; desse modo, a oportunidade de mudança é universal, pois alicerça-se no mérito como condição de progresso.

A emancipação sob essa inspiração é a do mercado, já que a ele deve ser dada a liberdade para responder às necessidades humanas ou relativas à sobrevivência. O livre desenvolvimento do mercado, ou a livre concorrência, é a ideia de emancipação liberal na ordem capitalista, na qual o indivíduo por esforço próprio pode desenvolver-se e no futuro ser recompensado. Esse esforço está associado a um adiamento da satisfação, que assegura sua durabilidade, aprisiona o sujeito e atribui “uma importância primordial ao trabalho, à organização da produção, à liberdade de troca e à impersonalidade das leis” (TOURAINÉ, 1994, p. 38).

Considerando que, na sociedade neoliberal, o trabalho como propulsor da acumulação perde centralidade, inclusive com o enfraquecimento de sua oposição e força na luta pela ampliação da cidadania, por outro lado, o consumo é fortalecido como acesso à satisfação de necessidades. Desse modo, ganha relevância a satisfação fugaz da ordem do desejo e do consumo individual, o que reforça a ideia de correlação entre consumo e cidadania como via da satisfação pessoal que o trabalho possibilita ou não.

No projeto socialista, o trabalho também é constitutivo das relações sociais; é a primeira instância organizativa da sociedade capaz de se contrapor à ordem, no sentido de construir antagonismo em relação ao sistema vigente. Para a tradição marxista, a noção de emancipação humana unifica o conteúdo libertário da luta de classes a ser promovida por um sujeito universal – o proletariado –, que representa a centralidade

² Flax (1992) argumenta que os pós-modernos, colocam em radical dúvida essas crenças provenientes do Iluminismo.

³ Conforme Hobsbawm (1998), para enfatizar que tanto o pensamento de direita como o de esquerda comungam dos valores Iluministas.

do trabalho e organiza a contestação, de um lado, e, de outro, o poder concentrado nas relações de produção (MEJÍA, 1995). Nesse sentido, a luta contra o capitalismo, na perspectiva marxista – a luta de classes –, visa à emancipação humana, à ultrapassagem do reino da necessidade para o reino da liberdade.

Para o leninismo, a emancipação requer algumas condições, como passos necessários e transitórios para atingir-se o objetivo; o fim do Estado burguês é considerado uma etapa a ser alcançada, num movimento de emancipação política, já que o Estado moderno é reconhecido como espaço privilegiado de exercício da política e como instrumento exclusivo de dominação, que precisa ser destruído para que a sociedade socialista possa se constituir.

A lógica da eliminação de todo o poder reside na própria compreensão de poder como dominação e opressão, poder que se irradia a partir de um centro, a burguesia, através de seu instrumento – o Estado. A emancipação até aqui é vislumbrada como realização de um projeto político homogêneo e revolucionário do proletariado em aliança com o partido.

Ainda com base nessa tradição, desenvolve-se o projeto social-democrata, que tem como diferencial o diálogo com concepções do Estado como campo de forças sociais (GRAMSCI, 2007a) e os direitos sociais que ganham força jurídico institucional a partir do final do século XIX e início do século XX. As tensões provocadas pela ampliação dos direitos sociais no Estado moderno indicam a possibilidade de lutar pela transformação social e a emancipação humana através de mudanças no Estado. A emancipação, nesse sentido, se coloca como projeto político que disputa o poder na sociedade burguesa, na ordem democrática.

Nesses termos, há inovações decorrentes do pensamento de Gramsci na construção de estratégias políticas, como a ampliação das articulações do campo político da “aliança de classes” e do proletariado como o sujeito histórico, na medida em que a teoria da hegemonia busca produzir a vontade coletiva através da reforma intelectual e moral, com o objetivo de formar um novo bloco histórico.

Para Laclau e Mouffe (2004, p. 101-102), a vontade coletiva é como uma liga para a

construção de um bloco histórico e um rompimento com a noção de sujeito histórico.

Pero este es el punto en el que Gramsci introduce su tercer y más importante desplazamiento: la ruptura con la problemática reduccionista de la ideología. Ni los sujetos políticos son para Gramsci “clases” – en el sentido estricto del término –, sino “voluntades colectivas” complejas; ni los elementos ideológicos articulados por la clase hegemónica tienen una pertenencia de clase necesaria. Respecto al primer punto la posición de Gramsci es clara: la voluntad colectiva resulta de la articulación política ideológica de fuerzas históricas dispersas y fragmentadas.

Significa que uma pluralidade de vontades compartilha visões de mundo, a partir do consenso em torno de uma causa, no caso, a luta pela liderança política a que se refere Gramsci (2007b) para a formação de um bloco histórico, que instaura o conflito, cuja finalidade é a hegemonia. Há um componente relacional e articulatório que possibilita o deslocamento desse poder em busca de hegemonia, embora sua noção de bloco histórico ainda esteja presa a uma visão bipolar da história (LACLAU; MOUFFE, 2004); a luta política marcada por relações de força ultrapassa a noção de poder como exclusivamente dominação ou opressão.

Nesses termos, para os autores citados, o ideário de projeto emancipatório revolucionário desloca a ideia do proletariado como sujeito histórico. Nesse deslocamento, a emancipação pode ser entendida como um processo de constituição através da luta política, cultural e ideológica necessária frente à complexidade social e como condição para a formação da vontade coletiva, sem a qual a ideia de emancipação perde todo o sentido.

Nessa linha de raciocínio, a complexidade social se refere à constituição de relações de poder como constitutivas do social (MOUFFE, 2001), mas também como reconhecimento das lutas sociais e políticas que eclodem a partir dos anos 1990, como uma proliferação de particularismos que nos confronta com a pluralidade social (LACLAU, 2001). No entanto, é importante afirmar que são os apelos feitos aos princípios universais que viabilizam a articulação entre as

diferenças e colaboram para formação de arranjo hegemônico.

Emancipando a emancipação

A democratização das sociedades ocidentais e a série de manifestações e conflitos que passam a se expressar alavancam uma nova dinâmica social, com o reforço das formas associativas e dos vários movimentos sociais, que passam a provocar a agenda política pública a partir dos fins do século XX – feminista, ecológico, étnico, homossexual, racial, novos movimentos culturais, entre outros.

O tipo de modernidade que era o alvo, mas também o quadro cognitivo, da teoria crítica clássica, numa análise retrospectiva, parece muito diferente daquele que enquadra a vida das gerações de hoje. Ela parece “pesada” (contra a “leve” modernidade contemporânea); melhor ainda, “sólida” (e não “fluida”, “líquida” ou “liquefeita”); condensada (contra difusa ou “capilar”); e, finalmente, “sistêmica” (por oposição a “em forma de rede”) (BAUMAN, 2001, p. 33).

Tal realidade problematiza o projeto societário socialista elaborado pela teoria crítica marxista como alternativa libertária de futuro, principalmente a partir da evidência do totalitarismo empregado pelo socialismo real. As críticas ao socialismo possibilitam a expansão do projeto neoliberal.

No hiato temporal entre a dissolução do projeto político socialista real e a atualidade em busca de alternativas ao neoliberalismo, compreendo que se desenvolvem três perspectivas: a primeira se mantém na perspectiva da tradição marxista e do projeto socialista; a segunda, a partir da crítica pós-moderna, rejeita totalmente a possibilidade de projeto político, por entender que o pluralismo é a fragmentação das lutas sociais e não há possibilidade de unidade, numa concepção de projeto político com perspectiva de projeto unitário; a terceira, em elaboração, procura na crítica ao pensamento crítico encontrar novas possibilidades para a política e para o projeto político na sociedade contemporânea, considerando seu pluralismo e tomando como referência uma perspectiva democrática.

Em razão dos limites deste texto, exploramos a argumentação da terceira vertente, que

considera a importância de construir alternativas ao projeto neoliberal vigente e reconhece os desafios que o pensamento crítico encontra para essa reconstrução. A própria construção do pensamento crítico na sociedade é problemática, pois há uma abertura à crítica com características totalmente distintas; a crítica no padrão do acampamento⁴, segundo Bauman (2001), não está preocupada em causar mudança nos padrões de convivência social.

A questão é, porém, que a sociedade contemporânea deu à “hospitalidade à crítica” um sentido inteiramente novo e inventou um modo de acomodar o pensamento e a ação crítica, permanecendo imune às consequências dessa acomodação e saindo, assim, intacta e sem cicatrizes – reforçada, e não enfraquecida – das tentativas e testes da “política de portas abertas”. (BAUMAN, 2001, p. 31).

Ao que parece, parte do pensamento e da sociedade contemporâneos tenta evitar os equívocos da teoria crítica, a partir do acolhimento incondicional da crítica como um modo de autoprotoger-se dos fundamentalismos e de expectativas demasiado excessivas em relação ao futuro e usufruir o que é possível no presente, sentindo-se livre para conduzir sua própria existência e descrente quanto a soluções coletivas para melhorar a vida.

Há outra parcela dessa mesma sociedade que aposta na política como resposta às contradições do sistema. Para tal parcela, o pensamento crítico é necessário para compreender a sociedade contemporânea e formular conhecimento emancipatório, sintonizado com um novo tipo de liberação, capaz de lançar a liberdade individual num processo de autodeterminação coletiva. Essa linha de raciocínio indica que a emancipação tem um papel a cumprir e que ele pode ser ressignificado.

A pluralidade de antagonismos e conflitos presentes nas lutas sociais que configuram os vários espaços políticos na atualidade,

⁴ Em *Modernidade Líquida* (2001), Bauman caracteriza a crítica sem consequências, espaço aberto para quem quiser se posicionar sem preocupação ou responsabilidade com a estruturação, sem se incomodar e desejando não ser incomodado, uma crítica dentro do *padrão acampamento*.

inclusive decorrentes da ampliação de sistemas democráticos, problematiza, em primeira instância, a universalidade das lutas sociais e, em segundo, a sua resolução em torno da unidade de *projeto emancipatório*.

Nessa perspectiva, a meu ver, a impossibilidade da emancipação, entendida como finalização do conflito e do antagonismo social inscritos na tradição marxista, não significa a eliminação do seu significado libertário, mas o questionamento de seu absolutismo (LACLAU, 1996), o que possibilita enfrentar o debate acerca de seus nós críticos.

Acredito ser possível (re)pensar a emancipação como conteúdo libertário, tomando como referente as experiências emancipatórias, que são fenômenos históricos, relacionais e partilhados (THOMPSON, 1997; BENJAMIM, 1985). Nessa perspectiva, a emancipação adensa-se como um antagonismo de natureza relacional e radicalmente democrática, cujas práticas articulatórias constroem um campo de significados pontuais ou momentâneos, necessários para a formulação de hegemonia capaz de gerar *alternativas políticas*, que, ao se posicionar como *alternativas*, tencionam os espaços públicos.

As experiências emancipatórias a que me refiro são lutas político-sociais que se constituem como alternativas políticas construídas cotidianamente pelos movimentos sociais, nos espaços públicos específicos em que estão imersos cultural e historicamente – as comunidades –, referidos não no âmbito restrito do lugar, do espaço físico, mas pelo conjunto das relações sociais que estabelecem.

Neste sentido, a comunidade é uma lógica de relações sociais de solidariedade e obrigações políticas entre membros (SANTOS, 2002), apelo à segurança e a uma cultura, a uma etnicidade, à partilha de costumes e dialetos locais, da história de um povo e das práticas político-culturais (BAUMAN, 2001); nela se desenvolvem e habilitam seus membros a resistir ao colonialismo⁵ e a construir solidariedade.

A comunidade não é uma unidade, uma vez que resulta da negociação de diferenças e particularismos e dos conflitos instaurados por

eles. Na comunidade, as interações e experiências político-sociais e culturais da pluralidade das desigualdades e contradições do sistema emergem como conflitos, solidariedades e alternativas que visam melhorar a vida das pessoas.

Para a constituição de *alternativas políticas*, numa perspectiva emancipatória e radicalmente democrática, o poder e os antagonismos são concebidos como inerentes às relações sociais; no entanto, há distinções a serem expostas. Há conflitos que expõem as assimetrias de poder nas sociedades, atuam no campo de compatibilidades do sistema (MELUCCI, 2001), podem referir-se a conflitos da ordem das identidades coletivas, em aspectos culturais e sociais, necessitando da reformulação/reforma do sistema. Nos conflitos antagonistas, há diferentes posições opositoras que buscam romper com os limites do sistema. Desse modo, visam, com suas práticas articulatórias, construir pontos de fixação ou momentos no discurso, de modo a desestabilizar o poder na direção de outros arranjos, na construção de novas lógicas hegemônicas. Estes momentos de fixação de significados, denominados por Laclau e Mouffe (2004) como *pontos nodais*, trazem à tona os limites da objetividade social, expressos no antagonismo. Assim, para os autores, o conflito antagonista é uma experiência de constituição particular e plural do conflito, o que gera a impossibilidade de pensá-lo como uma unidade opositora ou totalidade do social.

Os limites da objetividade social não são uma fronteira criada; eles ocorrem em seu interior, por conta de um antagonismo que a subverte, que coloca “[...] em questão o poder hegemônico, seus objetivos e regras” (MUTZEMBERG, 2002, p. 39). Para que os antagonismos possam se configurar como uma força irradiadora, contam com a natureza relacional das práticas articulatórias, que colabora para a fixação de alguns significados parciais e para construir um campo relacional de significados. A constituição do campo de significados também evidencia o caráter relacional das identidades como nos chamam a atenção Laclau e Mouffe (2004, p. 142-43):

No contexto dessa discussão, chamaremos articulação qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos tal que suas identidades sejam modificadas como um resultado da prática articulatória. A totalidade

⁵ Colonialismo para Santos (2002) é a ausência do reconhecimento do outro e de sua capacidade de produzir conhecimento.

estruturada resultante da prática articulatória chamaremos de discurso.

Desse modo, as práticas articulatórias possibilitam o encontro entre os diferentes antagonismos e as identidades que os forjam; e a parcialidade dos seus significados está referida pelas diversas e diferentes vivências das desigualdades e das lutas por seu reconhecimento, que estratégica e circunstancialmente se aglutinam como um bloco de forças.

Tal bloco de forças possibilita a constituição de experiências libertárias, nas quais a emancipação é uma construção relacional, não previamente dada, mas processo de aprendizagem, uma possibilidade a ser criada pela experiência social nas contradições do sistema. Nestes termos, a emancipação social se configura como projetos políticos emancipatórios, que, a partir das experiências diferenciadas das contradições do sistema, produzem antagonismos – diferentes formas e possibilidades de subversão – e constroem alternativas.

Isso significa exercitar uma ampla autodeterminação dos povos para criar, sintonizados com os potenciais locais, com o reconhecimento das diferentes demandas e necessidades por justiça social, suas *alternativas políticas emancipatórias*. Tais *alternativas políticas* resultam, portanto, de experiências político-sociais, que não se restringem a projetar benefícios ou uma sociedade futura, mas que, ao enfrentar as desigualdades como problemas concretos e cotidianos no presente, revelam-se como transformação das condições de existência no presente e geram benefícios para as futuras gerações – aproximam presente e futuro.

Estar atento ao presente e viabilizar a sua transformação são tarefas que incluem a proximidade/intimidade como outro aspecto a ser considerado na construção de alternativas políticas emancipatórias, qual seja, a introdução de questões privadas como de caráter público. Na cultura política brasileira, a intimidade tem historicamente servido como moeda de troca, originando o clientelismo e favoritismo que fincaram raízes nas relações sociais de apadrinhamento e possibilitaram a manutenção do poder nas mãos de alguns políticos nos diferentes níveis de poder e um direcionamento individualista da política.

Além disso, atualmente a intimidade tem sido utilizada/reforçada como individualismo pela mídia, descaracterizando a ação política. O desafio para a sua superação é mobilizar a intimidade/proximidade como ética do compromisso e da responsabilidade com o outro (BAUMAN, 1997), ato político que associa indivíduo e cidadão, afetividade e objetividade nas práticas político-sociais.

Melucci (2001), assim como Bauman (2001), tem nos convidado a perceber que, na sociedade contemporânea, as experiências político-sociais e culturais passam pelo enlaçamento da individualidade com o coletivo, pela importância e, ao mesmo tempo, dificuldade de tornar as experiências pessoais questões públicas, o que significa transformar a ação política numa proximidade moral e ter em conta tanto o problema da individualidade como do coletivo.

Pensando em termos deste enlace, as comunidades produzem as condições para que as experiências político-sociais e culturais comunitárias vitalizem os laços entre estas dimensões pessoais e políticas na construção de alternativas políticas emancipatórias, em função de seu potencial articulatório, da proximidade e intimidade entre membros, da vivência dos mesmos ou, semelhantes conflitos, do diálogo e produção de conhecimentos para sua superação, que comumente resultam de enfrentamentos e intercâmbios⁶ (MARTÍN-BARBERO, 2003) nas experiências sociais, referenciadas em questões específicas.

Tais práticas geralmente são compostas por diversos e diferentes sujeitos que compartilham culturalmente dos posicionamentos em relação à questão em foco, sem desconsiderar as nuances e divergências desses posicionamentos internamente; compartilham, sobretudo, o caráter público da problemática e a necessidade de políticas públicas de enfrentamento e/ou de mudanças político-culturais na sociedade.

Outro desafio que constitui o enlace entre o individual e o coletivo é a multiplicação dos espaços públicos de troca, de diálogo entre as

⁶ Para Martín-Barbero (2003), a produção cultural ocorre a partir da comunicação entre os vários segmentos da sociedade, em suas expressões culturais que dão vez e voz à troca de saberes que circulam culturalmente e produzem enfrentamentos e intercâmbios.

experiências, de modo que se constituam processos partilhados de aprendizagem e de criação de mecanismos coletivos que possam fortalecer o surgimento de processos político-sociais e culturais articulados local e globalmente para hegemonizar a ideia e a prática de uma vida com justiça social, com políticas públicas e responsável ambientalmente.

Nestas trilhas, a emancipação corresponde a inúmeras possibilidades de produção de *alternativas políticas* referenciadas nos conflitos antagonistas das lutas sociais e em diálogo com os diversos contextos nos quais se processam. Para substancializar a perspectiva proposta, focamos nas *alternativas políticas* produzidas pelos movimentos sociais no Nordeste brasileiro, apresentando-as a seguir.

Os sujeitos e os percursos da pesquisa

Os movimentos estudados foram selecionados a partir de alguns critérios: 1) a expressividade política dos movimentos no estado – organização ou articulação em âmbito estadual, visibilidade política e intervenção nas políticas públicas; 2) necessidade de garantir a diversidade dos movimentos sociais na região nordestina, contemplando movimentos urbanos e rurais, movimentos vinculados ao mundo da produção e movimentos vinculados a outras causas (racial, cultural, orientação sexual, gênero); 3) viabilidade operacional da pesquisa no estado – conhecimento e possibilidade de aproximação da pesquisadora e; 4) opção preferencial por uma organização/entidade e não por ações, formas de luta ou articulações.

Desse modo, compuseram a amostra os seguintes grupos: Movimento da Quixabeira (BA); Sociedade Negra Quilombola (MA); Fórum de Mulheres (RN); Federação das Associações Comunitárias – FAMCC e Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu (PI); Movimento Hip Hop Organizado do Ceará – MH2O e Movimento de Pescadores do Ceará – MOPECE (CE); Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM e Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (PB); Movimento das Rádios Comunitárias e Movimento das Escolas Comunitárias (PE); Central Estadual de Assentados e Pequenos Agricultores de Alagoas – CEAPA e Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR

(AL); e, por fim, Movimento Popular de Ecologia – MOPEC e Movimento de Homossexuais – Dialogay (SE).

Para estudar estes 15 movimentos, foram realizadas pesquisa documental e entrevistas. Os documentos de domínio público contribuem para se conhecer a trajetória dos movimentos, captar seus posicionamentos, a formulação de suas lutas e proposições, as ações políticas que desenvolvem, as mudanças e/ou permanências em suas existências. Considerou-se para a amostra documental todo tipo de documento.

Em complemento a esta aproximação progressiva da dinâmica cotidiana dos movimentos, e para aprofundar a riqueza dos diferentes sentidos produzidos em seu interior, a realização das entrevistas pareceu um acerto. As entrevistas foram elaboradas com roteiros semiestruturados apenas como orientadores, e realizadas individualmente. O critério de seleção dos entrevistados foi o de acessar, a partir das diferentes posições no movimento, as diversas visões sobre os mesmos: dirigentes, membros sem cargo, assessores(as), num máximo de cinco por movimento.

Para este estudo, utilizando a mesma fonte de informação, a análise de conteúdo foi escolhida como método de análise de texto, de modo a produzir “inferências de um texto focal para seu contexto social de maneira objetivada”⁷ (BAUER, 2005, p. 191). Na análise de conteúdo, há procedimentos diferentes a serem adotados, relacionados com a natureza das mediações simbólicas, que criam representações do mundo.

Segundo Bauer (2005), através dessas representações, há a contextualização dos conteúdos expressos nos textos, que podem ser de dimensão sintática e semântica. Foram adotados os procedimentos semânticos, por focalizarem os *sentidos denotativos e conotativos* dos textos, os temas e avaliações.

Palavras, sentenças e unidades maiores de texto são classificadas como exemplos de temas predefinidos e avaliações. A coocorrência frequente de palavras dentro da mesma frase ou parágrafo é tomada como indicador de sentidos associativos. (BAUER, 2005, p. 193).

⁷ Bauer (2005) esclarece que *maneira objetivada* refere-se aos procedimentos da pesquisa, que a partir de sua codificação criam nova informação sobre o texto.

A intenção na análise de conteúdo dos textos não foi levantar a ocorrência de palavras ou sentenças, mas trazer à tona os temas recorrentes nos diversos movimentos sociais pesquisados, tomando seus sentidos associativos. As análises se concentraram nas experiências político-sociais desses movimentos sociais, num total de quinze, urbanos e rurais, que se apresentam como espaços de construção de identidades diversificadas e produzem alternativas políticas com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas. As causas que defendem são múltiplas e não excludentes entre si.

As formulações de alternativas políticas

Nota-se que estes movimentos sociais se constituem, especialmente em suas dimensões político-culturais, como espaços de construção de identidades coletivas diversificadas, que produzem alternativas políticas com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas. Tais alternativas políticas se forjam em razão de velhas e novas problemáticas no contexto regional.

Num quadro síntese sobre a dinâmica das relações sociais na região nordestina, pode-se inferir que: 1) a dinâmica de recomposição econômica, marcada atualmente pelo neodesenvolvimentismo é insuficiente para a melhoria das condições de vida e para o deslocamento da desigualdade social; 2) o quadro político apresenta uma hegemonia representativa conservadora; 3) a criatividade cultural da região segue dois caminhos: um questiona códigos culturais e se constitui atualmente como catalisador do potencial de mudança social junto ao segmento populacional juvenil; outro transformou o cultural em entretenimento, espetáculo para atrair o turismo e o investimento da indústria cultural; 4) a participação em mecanismos institucionais de controle social, apesar de se constituir em processos de aprendizagem acerca de uma nova institucionalidade e de exercício do poder, tem se esvaziado politicamente; 5) a pluralidade de identidades coletivas e de redes sociais espraia-se pela região a partir de temáticas diversas.

Embora a dinâmica regional não determine a constituição das identidades coletivas presentes no Nordeste, possui significativa participação na formulação de demandas por parte das mesmas. Deste modo, os movimentos sociais em questão

possibilitaram compreender a diversidade e complexidade das questões que se enlaçam no contexto regional.

Resguardando as particularidades de cada realidade social na qual a ação coletiva está presente, as novas questões que os movimentos sociais apresentam dialogam com as outras realidades e entre si, construindo um perfil local e global, simultaneamente. A ação coletiva dos movimentos sociais no Nordeste brasileiro segue a mesma tendência – as suas múltiplas identidades proliferam em cenários locais específicos, articulam-se (ou não) de modos distintos regional e nacionalmente e vocalizam na esfera pública demandas com o propósito de influenciar a agenda pública.

A prática articulatória dos movimentos sociais, como prática política, mobiliza e organiza as pessoas/movimentos/entidades em torno das problemáticas e causas que enfrentam e às quais pretendem dar visibilidade; provoca simultaneamente um deslocamento⁸ de suas identidades, o que permite colocar em questão a existência de movimentos sociais territorializados, ou genuínos. Os modos de ser desses movimentos sociais a partir dos anos 1990 no Nordeste colaboram para a crítica a uma possível crença em identidades coletivas fixas e específicas, territorialmente compostas.

Crença nutrida e sustentada pelas bases que construíram a ideia de região e regionalidade (PENNA, 1992; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999), para além de nossa formação social, econômica e política, como uma identidade coletiva fixa, especialmente no caso do Nordeste, cuja imagem construída para o cenário nacional por suas elites, corresponde historicamente a certa imobilidade social, atraso e pobreza.

Dar visibilidade aos múltiplos antagonismos das lutas dos movimentos sociais na contemporaneidade contribui para desconstruir essa imagem e evidencia as tensões presentes a partir das disputas político-sociais que vitalizam e deslocam constantemente a realidade e as identidades coletivas nela presente.

Além disso, os antagonismos e conflitos no Nordeste brasileiro, a partir dos anos 1990,

⁸ Para Laclau (1993) e Hall (1999), a identidade é um centro de poder deslocado por uma pluralidade de centros de poder.

possibilitam a análise dos processos contemporâneos de constituição de identidades coletivas e as alternativas políticas em construção, que colaboram para a conformação de novos sentidos da política, especialmente os sentidos emancipatórios, através de novas lógicas de organização e mobilização político-social, entre outros elementos.

Neste sentido, retomo a discussão sobre os sentidos emancipatórios para as experiências político-sociais dos movimentos sociais nordestinos a partir dos três eixos citados anteriormente: 1) os processos que formulam as identidades coletivas dos movimentos sociais; 2) as contribuições dos movimentos sociais para a construção de alternativas políticas emancipatórias; 3) as configurações dos conflitos e antagonismos particularistas dos quais emanam as alternativas políticas.

Os processos que formulam as identidades coletivas dos movimentos sociais

Os processos que formulam as identidades dos movimentos sociais na região evidenciam o caráter relacional das práticas articulatórias, que interferem e/ou modificam estas identidades a partir dos pontos de intersecção, ou da produção de campos de significados.

As práticas articulatórias dos movimentos sociais constituem novos campos de significados, através da ação político-social que, ao incorporar elementos uns dos outros, agregam crescentemente novas causas/conteúdos às(aos) já existentes, novos significados para as lutas sociais específicas e rearranjos nas práticas articulatórias no interior das identidades coletivas. A interação com diversas e diferentes problemáticas específicas presentes na vida cotidiana – a exemplo do debate de gênero, hoje presente em quase todos os movimentos sociais – formula uma convivência plural, exigindo um grau cada vez mais elevado de mecanismos internos e democráticos de participação, e redefine frequentemente as identidades.

Por meio da inclusão de novos conteúdos e causas, conforme exposto anteriormente, o intercâmbio entre as formas e o modo como estas causas se expressam têm como consequência a reformulação das práticas político-sociais. É interessante observar o crescente deslocamento

do compromisso político disciplinador para o compromisso ético-político afetivo; da preocupação restrita ao âmbito das questões objetivas – materiais – para a incorporação dos aspectos subjetivos dos militantes e das comunidades.

Utilizei os termos proximidade/intimidade para tratar desses aspectos subjetivos presentes na dinâmica atual dos movimentos sociais, por significarem a responsabilidade e o cuidado sem reciprocidade, diferenciando-se da solidariedade, porque apresentam o cuidado e a preocupação com o desenvolvimento das pessoas em outros níveis – intelectual, físico e emocional –, além de explorar a alegria e o prazer de estar juntos, construindo outras possibilidades de ser coletivamente.

Ainda nesta perspectiva de vinculação entre os elementos objetivos e subjetivos, encontra-se a religiosidade, neste caso, uma religiosidade progressista, que atravessa a vida dos movimentos de várias formas: articula a ação política das expressões de fé; fundamenta as concepções de mundo e da política através da responsabilidade e do compromisso social; e nutre os militantes, mantendo-os firmes na ação política.

As práticas articulatórias de inclusão e construção de campos de significado são, por vezes, acionadas pela participação dos membros em vários movimentos simultaneamente e em alguns casos em partidos políticos. Esta participação possibilita imbricar as diversas dimensões da vida (política, social, cultural e econômica) e a ampliação das visões de mundo, ao mesmo tempo em que dramatiza os posicionamentos políticos no interior dos movimentos. Muitos conflitos internos e mesmos rompimentos decorrem dos posicionamentos políticos provocados pela participação em partidos políticos, por exemplo.

Os níveis interno e externo das práticas articulatórias fazem emergir os movimentos sociais como espaços plurais de participação, nos quais circulam diferentes e diversas visões de mundo frente as causas que defendem; diferentes concepções de movimento e temáticas com as quais estão envolvidos e em contato afetam suas identidades coletivas. A prática articulatória externa também promove o estabelecimento de parcerias técnicas entre os movimentos sociais e organizações, cujo domínio técnico das problemáticas postas em causa colabora para

produzir conhecimentos que possibilitam gerar alternativas.

Este escavar das práticas articulatórias desloca a imagem de homogeneidade (interna) dos movimentos sociais para a de heterogeneidade e complexidade de suas identidades, ou seus hibridismos. As identidades coletivas dos movimentos sociais no Nordeste brasileiro apresentaram um elevado grau de enraizamento em suas comunidades, nas quais o processo de interação e experiência social se processa a partir da participação político-social dos diversos grupos, núcleos e associações existentes nas mesmas. Especialmente como lógica de relações sociais de solidariedade e obrigações políticas entre membros, conforme descrito por Santos (2002). Estas práticas mantêm os movimentos vinculados organicamente a estas comunidades e na construção de alternativas políticas.

Contudo, as comunidades são ambivalentes em relação à proteção de seus membros frente aos riscos da sociedade, como afirma Bauman (2001), nem se limitam aos conflitos e consensos nas interações sociais (SANTOS, 2002); elas são também espaços de relações sociais de rompimento e de subversão dos limites do sistema, no sentido inverso ao emancipatório, já que as drogas e a violência são elementos presentes cotidianamente nestes espaços relacionais e exercem influência nestas interações.

Também ocorrem alguns conflitos nas comunidades com recortes socioculturais que dificultam ou impedem interações sociais. A questão da orientação sexual torna visível a discriminação e o preconceito como valores que circulam socialmente e, por isso, presentes em todos os segmentos populacionais e nas mais diversas comunidades.

Por essa razão, os homossexuais criam suas próprias comunidades como apelo à segurança, às vezes, em forma de guetos e não de grupos. O que permite a construção de solidariedades e reciprocidades, de relações de proximidade e intimidade, de cuidados uns com os outros, de fortalecimento dos laços para lançar nos espaços públicos suas questões e sair do viver à margem.

A ação política dos movimentos sociais e, em geral, os seus vínculos com as comunidades visam provocar a participação e despertar o senso crítico das pessoas em relação ao cotidiano,

construindo alternativas que enfrentem culturalmente os valores dominantes presentes no sistema social. Deste modo, conseguem articular os problemas individuais ao coletivo, o indivíduo ao cidadão, o privado ao público.

A relevância da vinculação orgânica e proativa dos movimentos sociais em suas comunidades reside ainda na tentativa de reversão desse quadro de reprodução de relações sociais discriminatórias, do assédio do tráfico de drogas, do uso da violência como autores e/ou vítimas, construindo sentidos como a solidariedade coletiva, expressa em ajuda mútua, em reciprocidade. Solidariedade que, por vezes, se expressa através da continuidade do engajamento das pessoas nas lutas sociais, mesmo após conseguir o seu objetivo, como ocorre no movimento por moradia.

Há outros tipos de conflitos presentes nas comunidades e estes se expressam em três dimensões principais. A primeira diz respeito aos conflitos que manifestam a pluralidade social, política e cultural, a partir dos diferentes posicionamentos no tecido social, presentes nos movimentos sociais, como disputa de sentidos e por hegemonia.

Dois exemplos disso são as divergências provocadas pela filiação partidária, que trazem para os movimentos sociais os posicionamentos deliberados no interior dos partidos e mesmo revelam as diferenças de entendimento a respeito das questões que os movimentos enfrentam. Tais posicionamentos se atritam no interior dos movimentos, impedindo em alguns momentos que as decisões sejam suficientemente consensuais.

A segunda dimensão de conflitos refere-se às relações de poder desiguais, construídas socialmente e moldadas pela cultura. Apresentam-se no estudo em questão recortes de gênero, trabalho e raciais. As ocupações socialmente determinadas para as mulheres são impeditivos culturais e pessoais à sua ascensão a cargos diretivos nos movimentos e mesmo para a sua participação em alguns deles. O recorte da desigualdade no trabalho traz à tona profissões não reconhecidas, por significar a realização de trabalho sem visibilidade e considerado de menor valor social; a questão racial, no caso dos quilombolas, põe em evidência a reificação de lugares de subalternidade.

A terceira é a dimensão dos conflitos que se dirigem ao Estado e estão relacionados ao

campo das políticas públicas. O agravamento das condições de vida nos anos 1990 e os ajustes implementados pelo neoliberalismo no Estado brasileiro, associados aos novos direitos constitucionais, fizeram pipocar por toda a região lutas em torno de políticas públicas: estruturadoras, sociais, de segurança, ambientais e culturais – principalmente as políticas de infraestrutura, econômicas, de saúde e educação.

Com a democratização do Estado brasileiro, no período estudado, a participação institucional passa a ser crescente e diversificada, envolvendo a atuação nos mecanismos institucionais, o estabelecimento de convênios para desenvolvimento de projetos e mesmo o acesso a mandatos de cargos eletivos e executivos. Estas práticas provocam crescentes demandas por conhecimento técnico e social. Assim a ação político-institucional tem demandado a construção de parcerias técnicas para produção de novos conhecimentos e, alianças com profissionais que trabalham nas instituições públicas e que estabelecem compromissos com os movimentos sociais.

Nesse sentido, observa-se que os movimentos sociais estão proativos, buscando encontrar saídas, independentemente da ação ou não do Estado, o que não significa o abandono da reivindicação, ou do reconhecimento das responsabilidades estatais, mas a inserção na elaboração e execução de ações sobre os problemas. O que nos leva a problematizar a ação pública não estatal, já que movimentos assumem a resolução de problemas sociais e, ao mesmo tempo, são ações não induzidas pelo Estado.

É o que se pode verificar no caso da violência (institucional e social), a partir dos anos 1990, um dos conflitos de maior visibilidade social e que ocupa crescentemente lugar de destaque no âmbito dos debates e ações de movimentos sociais, que politizam sua existência nos espaços públicos e privados e traçam diversas formas de enfrentamento junto aos diferentes estratos geracionais e de gênero envolvidos.

Então há uma ampliação do exercício da política pelos movimentos sociais em questão, que assume várias estratégias de enfrentamento das problemáticas vigentes na sociedade contemporânea. De um modo geral, podem ser agrupadas em: execução de programas e projetos, alguns deles com recursos das instituições públicas estatais (o que de fato coloca-se como um problema

político); ações de controle social (elaboração de políticas públicas, monitoramento dos poderes executivo e legislativo e utilização de instrumentos jurídicos); certa pressão ou mesmo proposição em termos de regulação jurídica, e, por último, a mobilização e organização político-social nos vários espaços públicos em busca de visibilizar suas causas, angariar maior adesão e legitimidade às mesmas.

Uma das estratégias de superação dos limites impostos pelo baixo índice de educação formal da população é a ação educativa promovida pelos movimentos sociais com o objetivo de forjar a consciência crítica, capaz de elaborar sobre a realidade, qualificando os militantes para a proposição. Esta ação educativa é também uma ação cultural, na medida em que se amplia para as comunidades, promovendo a expansão de novos valores e concepções acerca das causas que defendem. O diferencial desta ação educativa é justamente a lógica conceitual e metodológica impressa, lógica esta que considera a experiência das pessoas e a partir dela produz conhecimento crítico relacionado, na maioria das vezes, com os posicionamentos em relação às causas que defendem.

Essa ação educativa e cultural está ganhando terreno no meio popular na atualidade; a arte engajada retoma seu fôlego através de movimentos sociais, que encontram na linguagem artística um meio de comunicação de valores, de enfrentamento e crítica do *status quo*. As expressões artísticas revelam os modos de ser das comunidades, são recursos para valorizar as suas capacidades criativas – coletivas e individuais –, para a transmissão da tradição e/ou inovação cultural, como enfrentamentos da lógica capitalista e com a utilização das suas ferramentas tecnológicas para a difusão da obra, que são modos de intercambiar com esta mesma lógica, adotando suas ferramentas e as utilizando de um modo particular.

Outra estratégia adotada e intensificada a partir dos anos 1990 pelos movimentos sociais, foi a constituição de estatutos jurídicos – institucionais. A reestruturação do cenário nacional e internacional em termos da cooperação financeira ou não, em relação aos movimentos sociais, cria uma premência para a sua sobrevivência, que, em resposta, incorpora a institucionalidade como uma dimensão de suas identidades, fortalecendo

seus aspectos organizativos políticos e econômicos, em geral, com o propósito de apoiar e manter suas ações coletivas.

As contribuições dos movimentos sociais para a construção de políticas emancipatórias na região nordestina

Retomo como ponto de partida as experiências político-sociais e culturais realizadas no presente como alternativas de transformação das condições de existência, que denominei de *alternativas políticas*, cujo sentido emancipatório delimita o espectro de contribuições dos movimentos sociais.

Algumas alternativas políticas são criadas para fazer frente as políticas ofertadas pelo Estado, portanto, compreendem a formulação de proposições dirigidas ao Estado. Neste sentido, os movimentos apresentam propostas ao modelo de desenvolvimento em vários aspectos ou facetas: meio ambiente, cultura, agricultura e acesso à terra, educação, comunicação, políticas dirigidas à mulher, criança e adolescente.

A incorporação pelo Estado, ainda que de forma precária, de algumas das proposições dos movimentos sociais – delegacia da mulher e de atendimento a homossexuais, calendário da pesca (defeso), linhas de crédito acessíveis ao pequeno agricultor, turismo comunitário, atendimento a crianças e adolescentes, etc. – indica algumas mudanças no cenário regional em termos das políticas públicas e um movimento de pressão por sua ampliação, num contexto neoliberal, no qual a disputa em torno do curso do desenvolvimento e das políticas públicas é desfavorável ao projeto de democratização.

Por outro lado, acrescento o termo *políticas alternativas* como construções dos movimentos sociais, que, em razão da precariedade de ação do Estado, buscam responder a questões sociais que são dirigidas às comunidades. Esta mobilização de esforços se constitui simultaneamente num campo de princípios e valores inspiradores e em soluções práticas para a vida das pessoas, que não apenas orientam as políticas alternativas dos movimentos sociais, mas disputam significados no tecido social, nas práticas articulatórias e nos espaços de participação político-sociais e institucionais.

As políticas alternativas se desenvolvem como experimentos e no uso de tecnologias inovadoras para transformação das condições de vida das coletividades e das pessoas. As experiências que daí decorrem são referentes aos campos temáticos em que atuam os movimentos e podem se expandir quando exitosas. As tecnologias são produzidas em parceria entre os movimentos e ONGs, muitas delas híbridas, ou seja, ONGs que também atuam como movimentos.

Para exemplificar, as *políticas alternativas* têm-se demonstrado exitosas em algumas áreas específicas, como o ambientalismo: a transformação da agricultura familiar com a aplicação da agroecologia; e a criação de mecanismos de convivência com a seca. Neste sentido, há mudanças relevantes para a vida de comunidades do semiárido e da agricultura familiar desta região; com relação ao extrativismo, porém, avançou-se pouco, ainda há muita degradação ambiental e pouca preservação.

Na área cultural, as políticas alternativas apresentam diferentes facetas. Uma diz respeito a transformações significativas na visão de mundo das pessoas, através da arte engajada, com a valorização das capacidades/habilidades e a canalização das energias criativas para a política, com foco em projetos de vida e de coletividade, como no Movimento *Hip-Hop* e a Quixabeira. Outra faceta é a difusão de novos valores e princípios para as relações sociais, sob os recortes de gênero, orientação sexual, étnico-racial e geracional, que encontramos no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, no Fórum de Mulheres, no Dialogay, e na Sociedade Negra Quilombola.

Outro aspecto que nos chamou atenção foi a relevância da produção de conhecimento por parte desses agentes sociais, no sentido de pôr em circulação outras compreensões sobre as questões, causas, problemáticas visibilizadas pelos movimentos. Exemplo disso é a questão da convivência com a natureza, com a seca, como componente de outra lógica relacional e a produção de alternativas para sua viabilidade.

Neste sentido, há o enfrentamento e uma inversão das lógicas impostas pelo agronegócio e pelo complexo sistema criado e denominado “indústria da seca” – relevante para a região. A circularidade da dependência político-econômica gerada pela escassez de água (historicamente

explorada pelas elites no Nordeste brasileiro) é interrompida, mesmo que ainda de modo precário, com a criação de tecnologias de baixo custo, como as cisternas e as barragens subterrâneas.

As configurações dos antagonismos

Os antagonismos são fontes relevantes de mudança social e estão presentes em diferentes conflitos que envolvem os movimentos sociais em questão; referem-se aos posicionamentos político-sociais, em diferentes contextos, embora situados num mesmo sistema econômico e social. Em nosso entendimento, o antagonismo atua a partir de oposições, dos impedimentos nas relações sociais, e, sobretudo, pela ruptura e subversão do sistema, da ordem hegemônica, no caso por parte dos movimentos sociais, que a afrontam a partir de suas realidades, necessidades e demandas.

Seguindo as trilhas de Laclau e Mouffe (2004) entendemos que os antagonismos são particularistas, pois eles não se referem a um conflito central, entre capital e trabalho; embora este conflito faça parte de vários antagonismos, outros envolvem políticas de identidade, que põem em causa diferentes opressões e aspectos do real, não restritos à dimensão econômica. Nalguns é possível encontrar a articulação entre demandas por justiça social e por reconhecimento de suas causas e existência: cultural, de comunicação, racial e sexual.

Os antagonismos no campo econômico se referem ao modelo de desenvolvimento capitalista e dizem respeito a: questão fundiária para os quilombolas; modelo produtivo da pesca industrial em oposição à pesca artesanal; modelo produtivo agrícola depredador; não reconhecimento das mulheres como trabalhadoras rurais e dos pescadores como trabalhadores.

Estes conflitos antagonistas também trazem em seu bojo outros aspectos ou dimensões. No caso dos quilombolas, a articulação com a discriminação e o racismo; no das mulheres trabalhadoras rurais, a estrutura social sexista; em relação aos pescadores, a questão sobre o que é considerado trabalho na sociedade. Isso indica a inexistência de um eixo determinante das problemáticas, mas também, por outro lado, uma articulação, uma teia complexa, entre

elementos que compõem as problemáticas para a sua compreensão.

No que se refere aos movimentos que atuam no campo da comunicação, o antagonismo refere-se ao modo como tradicionalmente ocorre a concessão pública. Em relação às rádios comunitárias, há restrição do uso de formas comunicativas comunitárias potentes, com tecnologias avançadas e dificuldades de acesso à concessão pública. Seus opositores são as empresas de comunicação que existem com concessão de funcionamento, de propriedade particular e geralmente pertencentes a políticos, ou famílias, para fins comerciais. Ou seja, os meios de comunicação legalmente constituídos e que são concessões públicas servem a grupos privados e não aos interesses da coletividade. O espectro de comunicação nas comunidades e imediações, para dialogar e difundir as questões de seu interesse e em prol das comunidades, não se coloca como prioridade para o poder público.

Nesses termos, a comunicação comunitária coloca em questão a discussão do público e do privado, do acesso à informação, da substancialidade da democracia e da oferta seletiva da informação. Principalmente deixa nítidas as relações de poder impressas na disputa de significados dos discursos socialmente produzidos.

Quanto às questões racial e sexual, observam-se a discriminação e o preconceito, que negam a identidade negra e sua cultura. Ao dar transparência à existência do racismo e ao vocalizar suas consequências, coloca-se em xeque os lugares sociais que são reservados aos negros/as em nossa sociedade e que pretendem ser afixados para esta parcela da população: de pobreza, exclusão e marginalidade. O mesmo ocorre em relação às mulheres: a existência da discriminação e do tratamento desigual, nas diferentes experiências femininas, reproduz uma série de estruturas relacionais violentas, segregadoras e de desassistência.

A orientação sexual recebe o mesmo tratamento: o preconceito e a discriminação que levam os homossexuais, lésbicas, bissexuais, transgêneros, transexuais a uma vida de marginalidade e de riscos. A sua organização e mobilização dá visibilidade a estas experiências e o seu posicionamento político é luta pelo respeito e por reconhecimento.

As Pistas levam a...

O estudo visou compreender a existência de inspirações libertárias e emancipatórias nas ações político-sociais de movimentos sociais nordestinos, a partir de projetos políticos e de uma lógica emancipatória. Para tanto, toma como matérias-primas as experiências na produção de identidades coletivas em suas várias dimensões, sobretudo, as práticas político-sociais que constroem *alternativas políticas e políticas alternativas* frente às desigualdades e opressões na sociedade.

Nesse sentido, buscou-se identificar os processos de constituição de conflitos e antagonismos a partir das identidades coletivas no Nordeste brasileiro e as contribuições para construções de políticas que se constituam em experiências emancipatórias na região.

Parcela significativa das *alternativas* encontradas se dirige ao Estado, não como reivindicações, mas num sentido propositivo, que necessita tornar-se universal, atingir a população brasileira em sua totalidade. Quanto às *políticas alternativas*, encontramos diferentes ações que visam melhorar as condições de vida das comunidades e instaurar outras lógicas ético-políticas do viver. Tomaram vida em fins dos anos 1990 e desenvolvem-se nos anos 2000, portanto, ainda se posicionam como experimentos em face do sistema vigente. De qualquer modo, ecoam na região como processos de transformação da vida de suas comunidades.

As práticas articulatórias dos movimentos sociais no Nordeste brasileiro evidenciam o deslocamento constante das suas identidades, a partir das migrações de problemáticas entre os mesmos, tornando visível a impossibilidade de identidades coletivas fixadas em uma regionalidade, ou mesmo aprisionadas no contexto no qual estão imersas; afirmam ainda um diálogo profícuo entre os cenários local, regional e nacional. A multiplicidade dos antagonismos das lutas dos movimentos sociais nordestinos na contemporaneidade contribui para dar vazão às tensões presentes a partir das disputas político-sociais que vitalizam e deslocam constantemente a realidade e as identidades coletivas nela presente.

As experiências aqui apresentadas também afirmam um diálogo profícuo entre os cenários local, regional e nacional, conforme dito

anteriormente, o que demonstra sua sintonia com diferentes tendências na construção das identidades coletivas presentes na realidade brasileira. Outro aspecto a considerar é o fato de que as práticas articulatórias, ao construir campos de significado e pôr em contato dimensões, problemáticas, posicionamentos, contribuem para a construção de *campos emancipatórios*.

Estes *campos emancipatórios* não se afirmam exclusivamente pela via simbólica dos sentidos e/ou cultural; sua face político-econômica vem à tona na medida em que modifica as condições de vida das comunidades e oportuniza a requalificação das relações de poder historicamente produzidas.

Estas características indicam que as *alternativas políticas* e as *políticas alternativas* se orientam numa perspectiva emancipatória e são plurais; não formulam uma sociedade do futuro, mas buscam soluções para os problemas presentes, intervindo socialmente, como modo de modificar e construir outras possibilidades do viver, diante das possibilidades de transformação atuais e enfrentando os desafios do presente. De modo que, os esforços empreendidos possam ser localizados como construções e transformações do social no presente, o que evidentemente gera consequências para o futuro e para as gerações que virão.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez; Recife: Massangana, FJN, 1999.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Ética pós-moderna**. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BENJAMIN, Walter. **Experiência e Pobreza**. Obras escolhidas, vol. I, Magia e Técnica, arte e Política. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COSTA, Mônica R. **Experiências Emancipatórias: alternativas políticas e políticas alternativas dos movimentos sociais no Nordeste**. 2006. 193 f. Tese

(Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2006.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 5, p. 139-164, out. 2004.

FLAX, Jane. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

GRAMSCI, A. Alguns pontos de referência preliminares. In: COUTINHO, Carlos Nelson; Nogueira; Marco Aurélio; HENRIQUES, Luis Sérgio (Org.). **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a. vol. 1.

GRAMSCI, A. Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: COUTINHO, Carlos Nelson; Nogueira; Marco Aurélio; HENRIQUES, Luis Sérgio (Org.). **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b. vol. 3.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HOBSBAWM, E. J. **Sobre história: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LACLAU, Ernesto. Poder e representação. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, n. 7, p.7-28, dez. 1996.

_____. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ANPOCS, n. 2, v. 1, p. 41-47, out 1986.

_____. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1993.

_____. Universalismo, Particularismo e a Questão da Identidade. In: **Agenda do Milênio: Pluralismo Cultural, Identidade e Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista hacia una radicalización de la democracia**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

MEJÍA, Marco Raúl. **Transformação social**. São Paulo: Cortez, 1995. (Questões da nossa época).

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Movimentos sociais e a Sociedade complexa. **Movimentos Sociais na Contemporaneidade**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC/SP, v. 2. São Paulo: PUC, p.11-32, 1997.

MOUFFE, Chantal. Identidade Democrática e Política Pluralista. In: **Agenda do Milênio: Pluralismo Cultural, Identidade e Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MUTZEMBERG, Remo. **Ações coletivas, movimentos sociais: aderências, conflitos e antagonismo social**. 2002. 233 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2002.

PENNA, Maura. **O que faz ser nordestino**. São Paulo: Cortez, 1992.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2002.

THOMPSON, Edward P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. v. 1 e 3.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.